



ACÓRDÃO Nº357/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11498/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Edigar Ventura dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Japurá.
- 5- **Exercício:** 2017.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1547/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Japurá. Exercício de 2017.

Irregularidade. Revelia. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Japurá, referente ao exercício de 2017, tendo como responsável, à época, o **Sr. Edigar Ventura dos Santos**, Presidente daquela Casa e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, "a", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Voto;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Edigar Ventura dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Japurá e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, pelo não atendimento da Notificação nº 001/2018-DICAMI/CI, desta Corte de Contas;



ACÓRDÃO Nº357/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Edigar Ventura dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Japurá e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 308, I, “c”, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018-TCE/AM por **cada semestre (2 semestres)** em que **não houve o envio** dos Relatórios de Gestão Fiscal de 2017, totalizando o montante de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), item 1.1 da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Edigar Ventura dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Japurá e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, itens 1.2, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.5. Recomendar** à Câmara Municipal de Japurá que observe e atenda as exigências legais de envio dos Relatórios de Gestão Fiscal ao Sistema



ACÓRDÃO Nº357/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

GEFIS de acordo com o art. 32, II, “h”, da LO/TCE c/c art. 5º, § 1º da Lei nº 10.028/00;

- 10.6. Recomendar** à Câmara Municipal de Japurá que observe as exigências e prazos de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal-RGF estabelecidos no art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/00;
- 10.7. Recomendar** à Câmara Municipal de Japurá que publique no portal da transparência, no prazo legal, os Relatórios de Gestão Fiscal, conforme arts. 48, 48-A e 55, § 1º da LC 101/00;
- 10.8. Recomendar** à Câmara Municipal de Japurá que instrua o processo de prestação de contas anual com o Demonstrativo do Fluxo de Caixa, conforme exige o padrão estabelecido pelo MCASP;
- 10.9. Recomendar** à Câmara Municipal de Japurá que crie a unidade de Controle Interno na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Japurá, conforme determinam os arts. 70 e 74 da Constituição Federal;
- 10.10. Recomendar** à Câmara Municipal de Japurá que adote as providências cabíveis para cobrança do valor de R\$ 8.185,21 (oito mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e um centavo), inscritos como créditos a receber, originários de débitos registrados em nome de ordenadores anteriores;
- 10.11. Recomendar** à Câmara Municipal de Japurá que abstenha-se de manter valores em Caixa, em atenção ao artigo 165, § 3º da CF/88, c/c art. 156 § 1º, da Constituição Estadual do Amazonas;
- 10.12. Recomendar** à Câmara Municipal de Japurá que observe na formalização dos processos licitatórios de carta convite as exigências dos arts. 23, 27, Inciso V, 38 e 44, da Lei 8.666/93;
- 10.13. Recomendar** à Câmara Municipal de Japurá que dê a publicidade legal na imprensa oficial e instrua os processos de instrumentos de contratos, conforme estipula o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.



ACÓRDÃO Nº357/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 7 de Maio de 2019
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral